

# Superior Tribunal de Justiça

**RE nos EDcl no AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.463.522 - RS  
(2019/0069972-5)**

**RELATORA** : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA  
**RECORRENTE** : TIAGO SANGIOGO  
**ADVOGADOS** : DIEGO VIOLA MARTY - RS054288  
CAMILA MAUSS BECKER - RS091108  
ROBERTA EGGERT POLL - RS092658B  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO  
SUL

## EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ART. 93, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SUFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DA SUPREMA CORTE EM REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 339/STF**. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 5º, XLVI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DAS PENAS. VALORAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS PREVISTAS NO ART. 59 DO CÓDIGO PENAL. MATÉRIA DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 182/STF**. SEGUIMENTO NEGADO.

## DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por TIAGO SANGIOGO, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fls. 1055/1064):

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO RECORRIDO. NULIDADE. CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. ADOÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. MOTIVAÇÃO *PER RELATIONEM*. NÃO OCORRÊNCIA. ABSOLVIÇÃO. REVOLVIMENTO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. DOSIMETRIA. PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. DESPROPORÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. AGRADO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do *Habeas Corpus* 216.659, ocorrido em 8/6/2016, com ressalva de pessoal compreensão diversa, decidiu que a mera transcrição do parecer do Ministério Público não é apta a suprir a exigência constitucional de fundamentação das decisões judiciais.

2. Adotada fundamentação própria no acórdão – além dos

# Superior Tribunal de Justiça

fundamentos da sentença –, explicitando os elementos probatórios dos autos, não há nulidade a ser reconhecida.

3. A reversão do julgado, para fins de absolvição, demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório, inadmissível a teor da Súmula 7/STJ.

4. A fixação da pena-base em 6 meses acima do mínimo legal pela valoração negativa de uma circunstância judicial revela-se proporcional, considerando-se as penas mínima e máxima abstratamente cominadas ao delito do art. 168 do Código Penal, que prevê pena reclusiva de 1 a 4 anos.

5. Agravo regimental improvido.

Na sequência foram rejeitados os embargos de declaração opostos (fls. 1087/1092).

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 1097/1119) sustenta a parte recorrente que está presente a repercussão geral da questão tratada e que houve ofensa ao artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, alegando, para tanto, que o órgão julgador "não fundamentou adequadamente a decisão para aceitar o aumento da pena base em fração superior a 1/6 (um sexto) para a única vetorial reprovada" (*sic*) (fl. 1115).

Ademais, argumenta a parte que "é nítido que o *decisum* mantém padronizada a pena base atribuída ao recorrente, ferindo o princípio constitucional da individualização da pena, artigo 5º, inc. XLVI, da CF, deixando, assim, de mensurá-la de acordo com os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da fundamentação das decisões judiciais" (*sic*) (fl. 1117).

Apresentadas as contrarrazões às fls. 1132/1135.

É o relatório.

**O recurso extraordinário não comporta seguimento.**

Quanto à alegada afronta ao artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, consoante a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, reafirmada no julgamento, sob o regime de repercussão geral, do AI-RG-QO 791.292/PE, "o artigo 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas" (Tema 339/STF).

A ementa do aresto foi sintetizada nos seguintes termos:

Questão de ordem. Agravo de Instrumento. Conversão em recurso extraordinário (CPC, art. 544, §§ 3º e 4º). 2. Alegação de ofensa aos incisos XXXV e LX do art. 5º e ao inciso IX do art. 93 da Constituição Federal. Inocorrência. 3. O art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão. 4. Questão de ordem acolhida para reconhecer a repercussão geral, reafirmar a jurisprudência do Tribunal, negar provimento ao recurso e autorizar a adoção dos procedimentos relacionados à repercussão geral. (AI 791.292 QO-RG, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 23/06/2010, REPERCUSSÃO GERAL – MÉRITO DJe-149 DIVULG 12-08-2010)

# *Superior Tribunal de Justiça*

PUBLIC 13-08-2010 EMENT VOL-02410-06 PP-01289 RDECTRAB v. 18, n. 203, 2011, pp. 113-118)

Na espécie, o acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, impugnado no recurso extraordinário, está de acordo com a orientação do Excelso Pretório, pois foram devidamente explicitadas razões suficientes para o colegiado negar provimento ao agravo regimental no agravo em recurso especial, hipótese distinta da ausência de motivação do julgado, que caracterizaria ofensa ao princípio constitucional da obrigatoriedade da motivação das decisões judiciais.

A propósito, cumpre transcrever trechos da fundamentação do aresto (fls. 1063/1064):

Conforme consta da decisão agravada, em entendimento firmado pela Terceira Seção desta Corte, com ressalva de compreensão pessoal diversa, firmou-se o entendimento de que a técnica da motivação per relationem não supre a exigência de fundamentação das decisões judiciais, exigidas pelo art. 93, IX, da Constituição Federal, assim compreendido quando não houver a mínima referência às questões apresentadas no recurso de apelação.

Na presente hipótese, no entanto, verifica-se que o Desembargador Relator, em seu voto condutor, não se utilizou somente dos termos da sentença para embasar seu posicionamento, consignando considerações com fundamentação própria acerca da controvérsia, de modo que não há falar em fundamentação exclusivamente per relationem.

Não vislumbro, portanto, nulidade do acórdão no ponto.

No que diz respeito à tese de ausência das elementares do tipo penal de apropriação indébita, o Tribunal a quo concluiu que a documentação acostada não deixa dúvidas de que os instrumentos de cessão de direitos não foram honrados como contratado, não passando, assim, de uma maneira de maquiagem o recebimento dos alvarás, pelo réu - independentemente das contradições havidas nos depoimentos prestados pela vítima, na fase de investigações e em pretório, plenamente justificadas, como dito.

A Corte local assentou, ainda, que, havendo prova nos autos de que o denunciado recebeu o alvará de R\$ 17.004,60, não tendo logrado justificar de forma adequada as razões pelas quais ficou com esse dinheiro, que pertencia à vítima, a condenação era de rigor.

Com efeito, a reversão do julgado, para fins de absolvição, demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório, inadmissível a teor da Súmula 7/STJ.

Por derradeiro, quanto à dosimetria, sendo a pena-base fixada em 6 meses acima do mínimo legal, em razão da valoração negativa de uma circunstância judicial, não se constata qualquer desproporção da dosimetria, sobretudo considerando-se as penas mínima e máxima abstratamente cominadas ao delito imputado, art. 168 do Código Penal, que prevê pena reclusiva de 1 a 4 anos.

Mantém-se, assim, a decisão agravada uma vez que o recorrente não apresentou fundamentos aptos a desconstituir as premissas fáticas e jurídicas nela assentadas.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Em assim sendo, nos moldes definidos pela Corte Suprema, o aresto impugnado foi suficientemente fundamentado, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional quando o Tribunal decide em sentido contrário ao interesse da parte.

Saliente-se que o exame da referida questão constitucional nesta fase processual limita-se à análise acerca da existência de motivação suficiente para embasar o acórdão recorrido, não competindo a esta Vice-Presidência examinar se corretos os seus fundamentos, o que extrapolaria os limites da cognição inerente ao juízo de admissibilidade do recurso extraordinário.

Com relação à alegada ofensa ao princípio constitucional da individualização da pena, previsto no art. 5º, inciso XLVI, da Constituição Federal, decorrente da valoração das circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal para a fixação da pena-base e do regime de cumprimento de pena, inexistente repercussão geral que autorize a admissão da insurgência extraordinária.

Com efeito, nos autos do Recurso Extraordinário 593.818/SC, o Supremo Tribunal Federal decidiu que "Não apresenta repercussão geral o recurso extraordinário que verse sobre a questão da valoração das circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal, na fundamentação da fixação da pena-base pelo juízo sentenciante, porque se trata de matéria infraconstitucional." (Tema 182/STF)

Confira-se, a propósito, a ementa do aludido julgado:

RECURSO. Extraordinário. Inadmissibilidade. Circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal. Fixação da pena-base. Fundamentação. Questão da ofensa aos princípios constitucionais da individualização da pena e da fundamentação das decisões judiciais. Inocorrência. Matéria infraconstitucional. Ausência de repercussão geral. Agravo de instrumento não conhecido. **Não apresenta repercussão geral o recurso extraordinário que verse sobre a questão da valoração das circunstâncias judiciais previstas no art. 59, do Código Penal, na fundamentação da fixação da pena-base pelo juízo sentenciante, porque se trata de matéria infraconstitucional.** (AI 742.460 RG, Relator Min. CEZAR PELUSO, julgado em 27/8/2009, DJe-181 DIVULG 24/9/2009 PUBLIC 25/9/2009 EMENT VOL-02375-09 PP-02309 LEXSTF v. 31, n. 369, 2009, pp. 330-338)

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.030, I, alínea "a", primeira parte e segunda partes, do Código de Processo Civil, **nego seguimento ao recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

Ministra Maria Thereza de Assis Moura  
Vice-Presidente